

# REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE E A PREVENÇÃO ÀS IST/AIDS NO BRASIL<sup>1</sup>

Cleber Souza Meneses<sup>2</sup>  
Victor Hugo Henrique<sup>3</sup>  
Alice Alexandre Pagan<sup>4</sup>

**Resumo:** Este estudo apresenta uma revisão integrativa da literatura sobre a Educação para Sexualidade e a prevenção às IST/AIDS no Brasil, com foco nas políticas públicas, práticas educacionais na educação básica e formação de professores/as. Foram analisados artigos publicados nos últimos cinco anos, utilizando bases de dados como Scopus e Scielo, por meio de critérios rigorosos de inclusão e exclusão. Os resultados indicam lacunas significativas na implementação de abordagens críticas e inclusivas que transcendam perspectivas biológicas. Ainda que iniciativas promissoras existam, a descontinuidade de políticas públicas e os desafios culturais e ideológicos permanecem como barreiras. Este trabalho reforça a necessidade de capacitar professores/as e ampliar ações integradas que promovam saúde, equidade e respeito às diversidades de gênero e sexualidades no contexto educacional brasileiro.

**Palavras-chave:** Educação Sexual; formação de professores; prevenção; IST/AIDS

**Abstract:** *This study presents an integrative review of the literature on Education for Sexuality and STI/SIDA prevention in Brazil, focusing on public policies, educational practices in basic education and teacher training. Articles published in the last five years were analyzed, using databases such as Scopus and Scielo, using strict inclusion and exclusion criteria. The results indicate significant gaps in the implementation of critical and inclusive approaches that transcend biological perspectives. Even though promising initiatives exist, the discontinuity of public policies and cultural and ideological challenges remain barriers. This work reinforces the need to train teachers and expand integrated actions that promote health, equity and respect for gender and sexual diversity in the Brazilian educational context.*

**Keywords:** *Sex Education; teacher training; prevention; STI/SIDA.*

---

<sup>1</sup> Este estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de uma bolsa de pós-doutorado concedida, e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia, pós-doutoramento em educação, professor da UFR. E-mail: cleber.meneses@ufr.edu.br

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Ambientais UNEMAT. Professor e pesquisador da UECE. E-mail: victorhugo.henrique@uece.br

<sup>4</sup> Doutora em Educação, professora na Rede Nordeste de Ensino-RENOEN, da UFS e professora da UFMT. E-mail: alice.pagan@ufmt.br

## Introdução

Neste estudo, partimos da seguinte questão: “como a interface entre saúde, educação e ciências biológicas tem sido debatida em estudos relacionados à educação sexual e à prevenção de IST/AIDS no Brasil?”. A Educação para Sexualidade<sup>5</sup> desempenha um papel crucial na promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, culturais e educacionais. Em países como o Brasil, onde essas desigualdades se manifestam de forma significativa, torna-se urgente discutir como a escola pode contribuir para a formação crítica e ética de crianças e adolescentes no que diz respeito aos temas de sexualidade, gênero e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.

Apesar de sua relevância, a Educação para Sexualidade enfrenta barreiras importantes: discursos conservadores, políticas públicas inconsistentes e, principalmente, a carência de formação inicial e continuada dos/das docentes para lidar com tais temáticas de forma responsável e acolhedora. Isso tem resultado em práticas escolares limitadas, frequentemente baseadas em perspectivas estritamente biológicas e desvinculadas das dimensões socioculturais, históricas e afetivas que envolvem o corpo, o prazer, os vínculos e a diversidade.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender como a produção científica nacional tem abordado essas questões, a fim de reunir evidências, identificar lacunas e propor caminhos para o fortalecimento de práticas educativas mais inclusivas e alinhadas às demandas contemporâneas. A revisão integrativa se apresenta, nesse contexto, como uma estratégia metodológica relevante, pois permite reunir e sistematizar estudos com diferentes abordagens, oferecendo uma visão abrangente sobre o estado atual do conhecimento na área e subsidiando a atuação de educadores/as, pesquisadores/as e formuladores/as de políticas públicas.

Assim, o objetivo deste artigo é identificar e analisar, por meio de uma revisão integrativa, as contribuições de estudos científicos publicados nos últimos cinco anos sobre educação sexual e prevenção de IST/AIDS no contexto brasileiro. A partir da análise dos artigos selecionados, foram organizadas em cinco áreas temáticas que emergiram do conteúdo dos estudos, permitindo uma discussão estruturada sobre os principais enfoques e desafios identificados.

---

<sup>5</sup> Considerando os debates contemporâneos que problematizam as limitações e o esvaziamento do termo “educação sexual”, optamos, neste artigo, por utilizar a expressão “Educação para Sexualidade”. Essa escolha dialoga com a perspectiva adotada pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE), cujas investigações se fundamentam nos Estudos Culturais de orientação pós-estruturalista, bem como nas contribuições dos Estudos Feministas, de Gênero e Queer. Essa abordagem amplia a compreensão da sexualidade como construção histórica, social e política, e não apenas como um aspecto biológico ou comportamental. Para aprofundar essa discussão, recomenda-se a leitura do livro *Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade*, disponível gratuitamente no repositório da FURG, por meio do link: [https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf?sequence=1](https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1).

## 1. Metodologia

A partir da referência que estamos usando (Souza, Silva, Carvalho, 2010), o processo de revisão integrativa da literatura segue seis etapas distintas. Inicialmente, é feita a definição da problemática de pesquisa e a formulação de uma hipótese ou questão relevante. Essa etapa inicial orienta o estudo, priorizando a clareza e a objetividade da temática. A segunda etapa está diretamente relacionada à primeira, pois envolve a delimitação de critérios para inclusão e exclusão de estudos, bem como a busca na literatura. A terceira etapa consiste na definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados, utilizando ferramentas para agregar e sintetizar informações essenciais, similar à coleta de dados em estudos convencionais. A quarta etapa se assemelha à análise de dados em pesquisas tradicionais. Os materiais selecionados são analisados de forma rigorosa e crítica, considerando resultados e pontos de divergência. Isso inclui a análise dos sujeitos envolvidos, técnicas de pesquisa utilizadas, questões de pesquisa e respostas obtidas, além da pertinência do estudo investigado. Na quinta etapa, os resultados obtidos são confrontados com referências teóricas para identificar lacunas de conhecimento. Por fim, a sexta etapa consiste na elaboração do documento final, descrevendo as etapas do processo de revisão e os principais resultados obtidos.

Para responder à pergunta de partida, realizamos uma busca na literatura nas bases de dados Scopus e Scielo, utilizando termos específicos de busca. Os termos de busca incluíram as palavras-chave em combinação, usando o operador booleano AND: "política", "educação sexual" e "Brasil"; "educação sexual" e "Brasil"; "HIV" e "educação"; "infecções sexualmente transmissíveis" e "educação"; "vulnerabilidade" e "doenças sexualmente transmissíveis"; "vulnerabilidade" e "educação sexual"; "sexualidade" e "educação"; "formação de professores" e "sexualidade". Os filtros e a seleção dos artigos seguiram os critérios de inclusão: 1. Estudos publicados em português, inglês e espanhol; 2. Estudos publicados nos últimos 5 anos; 3. Estudos na íntegra e disponíveis gratuitamente; 4. Estudos que retratem o contexto brasileiro; 5. Estudos relacionados à educação formal. Como critérios de exclusão, utilizamos: 1. Estudos sobre o contexto internacional sem incluir o Brasil; 2. Estudos sobre a educação sexual fora do contexto escolar; 3. Estudos duplicados; 4. Estudos de revisão bibliográfica; 5. Artigos que não respondam à pergunta de pesquisa; 6. Artigos que abordem outras faixas etárias; 7. Teses e dissertações.

Essas áreas temáticas utilizadas para a organização e discussão dos resultados foram definidas a partir da análise de conteúdo dos artigos selecionados na revisão. Utilizamos uma abordagem qualitativa de análise temática, que nos permitiu identificar núcleos de sentido recorrentes entre os estudos. Essas categorias emergiram de forma indutiva, com base na frequência, relevância e profundidade com que os temas foram tratados nos textos.

A escolha por essas cinco áreas também se justifica pelo fato de que elas se mostram interdependentes no campo da educação para sexualidade, compondo um panorama abrangente dos desafios e possibilidades enfrentados na implementação de práticas educativas voltadas à promoção da saúde, dos direitos e da equidade nas escolas brasileiras. Assim, as categorias organizam e orientam a apresentação dos achados,

permitindo evidenciar tanto as contribuições quanto as lacunas existentes na produção científica analisada.

### 1.1 Processo de seleção de artigos para avaliação

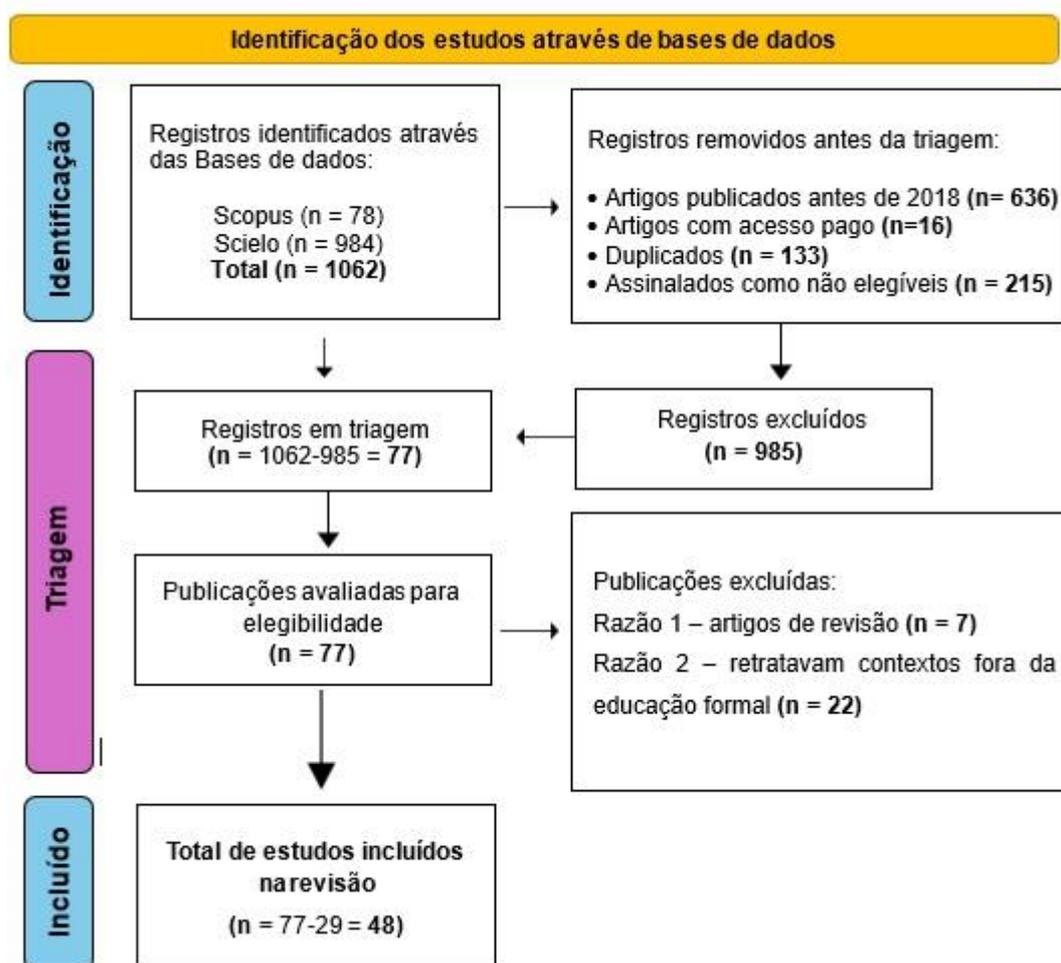
Nesta proposta, será empregada uma versão adaptada do fluxograma PRISMA (versão 2020) para a condução da revisão integrativa da literatura. Considera-se que a utilização dessa diretriz metodológica permite comunicar, de maneira clara e sistematizada, todas as etapas do processo de identificação e seleção das evidências durante a revisão. O PRISMA consiste em uma ferramenta desenvolvida por um consórcio internacional de metodologistas, profissionais da área da saúde e editores de periódicos científicos, amplamente reconhecida e legitimada no meio acadêmico.

O fluxograma delinea detalhadamente o percurso da busca e seleção dos documentos e artigos científicos nas bases de dados, iniciando com a quantificação dos estudos recuperados — obtida mediante a aplicação das estratégias de busca específicas em cada base — e finalizando com a definição do número de publicações que compõem a amostra da presente revisão.

Durante o processo de seleção, partiu-se de um conjunto inicial superior a mil estudos, identificados nas duas plataformas eletrônicas escolhidas para esta investigação. No entanto, após a aplicação dos critérios de inclusão previamente estabelecidos, observou-se que mais da metade dos artigos (636) haviam sido publicados há mais de cinco anos, o que resultou em uma redução expressiva da amostra, totalizando 426 estudos elegíveis. Desses, 16 apresentavam acesso restrito, 133 eram duplicados e 215 foram excluídos após análise dos títulos e resumos, por não atenderem ao escopo da pesquisa. Os trabalhos excluídos abordavam temáticas como envelhecimento, mulheres privadas de liberdade, atenção básica à saúde, e aplicativos de relacionamento, que não se relacionavam diretamente com o objeto de estudo.

Após essa primeira triagem, restaram 77 artigos, dos quais foram excluídos 7 por se tratar de revisões bibliográficas e 22 por abordarem contextos alheios à educação formal. Dessa forma, a amostra final da revisão integrativa foi composta por 48 artigos, os quais foram analisados e referenciados conforme os objetivos desta investigação.

Figura 1 – Fluxograma do detalhamento da seleção de artigos\*



\*Fluxograma PRISMA 2020 adaptado.

Fonte: The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. Disponível em: <http://www.prisma-statement.org/>

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito da educação para a sexualidade e da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), tanto na educação básica quanto nos cursos de formação de professores/as, ampliamos o escopo da pesquisa para incluir também estudos que tratam de políticas públicas relacionadas à temática. A análise dos artigos, orientada pela questão de pesquisa, resultou na identificação de cinco áreas temáticas inter-relacionadas, conforme destacado na seção anterior. A seguir, apresentamos como cada uma dessas categorias foi explorada e discutida nos estudos selecionados, iniciando pela temática Educação para a sexualidade.

### 2.1 Educação para sexualidade

Em relação à categoria Educação para a Sexualidade, identificamos dez estudos que apresentavam como objeto de pesquisa práticas educacionais relacionadas ao debate sobre as sexualidades. Em alguns casos, observa-se a interseção com a área temática 5

(Prevenção às IST/AIDS) e a 2 (Desafios para abordar gêneros e sexualidades na escola). Essas pesquisas são predominantemente qualitativas e se distinguem por diferentes recortes de espaço, tempo e público-alvo. Algumas delas têm como objetivo apresentar produtos ou tecnologias educacionais, como uma Sequência Didática (SD), uma oficina ou até mesmo um podcast. Tais produtos podem ser utilizados por outros/as professores/as como ferramentas pedagógicas para tratar da Educação para a Sexualidade em suas aulas.

Organizamos, na tabela a seguir, os artigos discutidos nesta seção com o objetivo de facilitar a visualização por parte do/a leitor/a. Ao longo do texto, utilizaremos a numeração dos artigos como forma de referência, a fim de evitar a repetição dos títulos dos estudos. Essa mesma dinâmica será adotada nas subseções seguintes.

Tabela 1 – Artigos selecionados para o Eixo temático 1

Nº	Título	Ano
1	Construção e validação de podcast para educação em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes	2022
2	O impacto de oficinas sobre sexualidade: um relato de experiência com estudantes	2022
3	O Teatro como estratégia de engajamento de jovens no enfrentamento da Aids	2021
4	Educação sexual: uma sequência didática para a EJA de uma escola de assentamento	2021
5	Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural	2022
6	Diagnóstico do conhecimento sobre sexualidade entre adolescentes	2020
7	Avaliação de impacto do Programa Saúde nas Escolas	2018
8	Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil	2023
9	A educação para sexualidade e seus aspectos científicos e socioculturais: uma abordagem nos anos iniciais	2021
10	Educação sexual no rincão nacional: a revista Folha da Serra no sul de Mato Grosso na década de 1930	2021

Fonte: Elaboração própria.

Obs.: Artigos publicados em inglês optamos por traduzir os títulos para compor a tabela. A mesma lógica será seguida nas tabelas das próximas seções.

O **artigo 1** (Leite *et al.*, 2022) apresenta o podcast "*Coisa de Adolescente*", elaborado em colaboração com adolescentes ao longo de todo o processo, resultando em quatro episódios dedicados à saúde sexual e reprodutiva voltada para essa faixa etária. O projeto foi fundamentado em um Questionário de Conhecimento sobre Sexualidade, respondido por 60 adolescentes, além de uma ampla revisão da literatura. O produto final foi submetido à validação por onze especialistas, garantindo a qualidade e a relevância da abordagem tecnológica adotada.

O **artigo 2** (Magrin *et al.*, 2022) analisa o diálogo sobre sexualidade e a promoção de discussões para a prevenção de ISTs, por meio de nove oficinas com a participação de 18 estudantes do Ensino Médio de uma escola pública do Distrito Federal. Foram utilizados questionários de avaliação das oficinas aplicadas, os quais revelaram que a

maioria dos estudantes avaliou positivamente a metodologia utilizada e os temas abordados. Além disso, houve sugestões de ampliação das atividades extracurriculares. Um ponto positivo destacado foi o conhecimento das facilitadoras sobre os temas discutidos. As oficinas conseguiram desmistificar a crença de que poderiam incentivar comportamentos sexuais inadequados entre os adolescentes, sendo percebidas como recursos pedagógicos que estimulam intensa interação, proporcionando participação dinâmica e despertando o interesse e a curiosidade dos jovens nos temas abordados.

O **artigo 3** (Almeida *et al.*, 2021) aborda o uso do teatro como ferramenta pedagógica e investiga o impacto da peça "*O rapaz da rabeça e a moça Rebeca*" na promoção de discussões sobre HIV/Aids. Essa estratégia, que une Saúde e Teatro em uma atividade de divulgação científica bem-sucedida realizada pela Fiocruz, buscou engajar os jovens no debate e problematizar estigmas e preconceitos por meio da arte. O artigo examinou os 220 questionários aplicados ao público do espetáculo — composto por jovens de 11 a 19 anos da rede escolar do Rio de Janeiro —, além de analisar as gravações dos debates pós-peça e observar as reações do público às apresentações.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) também é discutida como foco de análise no **artigo 4** (Dias; Sposito, 2021), que investigou as concepções de sexualidade dos alunos durante as aulas de Ciências e propôs uma Sequência Didática (SD) para a realização da Educação para Sexualidade em uma escola localizada em um assentamento rural no município de Monte Alegre de Minas/MG. Os resultados deste estudo estão em consonância com o **artigo 5** (Monroy-Garzon; Silva, 2022), que enfoca o silenciamento da sexualidade dos adolescentes no contexto rural. Em ambos os casos, são apontadas práticas discursivas binárias, tabus e preconceitos moralistas que desconsideram as identidades, particularidades e diversidades dos sujeitos que vivem no campo e em assentamentos. O **artigo 5** investigou 70 adolescentes entre 14 e 17 anos, com o objetivo de analisar o discurso sobre sexualidade entre eles.

Os dados apontam que a sexualidade do adolescente no contexto da escola rural é influenciada por diversos dispositivos, como a desinformação, o uso ingênuo da tecnologia, práticas discursivas binárias, tabus e preconceitos moralistas. Além disso, foi identificado um discurso com enfoque predominantemente biológico, biomédico e sexista, que conforma práticas sociais em contextos geograficamente pequenos e delimitados, onde ideologias legitimam e naturalizam significados da sexualidade do adolescente de forma punitiva e negativa.

O **artigo 6** (Silva *et al.*, 2020) e o **artigo 7** (Ataliba; Mourão, 2018) apresentam resultados que indicam uma lacuna na abordagem de temas relacionados à sexualidade nas escolas, além de apontarem para a prevalência de tabus e desinformação, mesmo em instituições que participam do Programa Saúde nas Escolas (PSE). No **artigo 7**, os resultados mostram que as áreas com menor conhecimento estão relacionadas à primeira relação sexual e à gravidez.

O **artigo 8** (Araújo *et al.*, 2023) foca no processo de iniciação sexual precoce entre adolescentes escolares do sexo masculino em um contexto de diversidade de gênero, trazendo insights valiosos para a reflexão sobre masculinidade e a necessidade de uma

Educação para Sexualidade abrangente nas escolas. O estudo destaca que os jovens cisgêneros heterossexuais enfrentam pressões de seus amigos, da família e da sociedade, que influenciam sua iniciação sexual. Além disso, o uso de álcool e outras substâncias é citado como uma forma de lidar com a timidez nesse contexto.

Por outro lado, para os jovens homossexuais, o cenário é distinto e marcado por atitudes de intolerância e exclusão, muitas vezes provenientes de suas próprias famílias. Observa-se uma lacuna na criação de espaços de diálogo, tanto no ambiente familiar quanto no escolar, para discutir questões relacionadas à sexualidade. Esses resultados reforçam a importância de uma abordagem inclusiva e aberta ao diálogo nas escolas, visando promover o bem-estar e a saúde dos adolescentes, independentemente de sua orientação sexual.

O **artigo 9** (Fernandes; Lorenzetti, 2021) abordou a importância da Educação para Sexualidade nas séries iniciais do Ensino Fundamental — um tema frequentemente controverso devido ao conservadorismo presente no país, o qual pode distorcer os objetivos e a relevância desse debate nas instituições escolares. O estudo utilizou uma Sequência Didática (SD) desenvolvida ao longo de sete encontros, cada um com duração de 100 minutos, realizados semanalmente ao longo de sete semanas. Essa SD integrou aspectos científicos e socioculturais da sexualidade, com o objetivo de ensinar que a sexualidade é inerente à vida humana e está presente desde o nascimento até a morte.

O **artigo 10** (Moreira, 2021) investigou a proeminência do tema da Educação Sexual na revista *Folha da Serra*, sediada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, durante a década de 1930. A autora constatou que a publicação dedicou atenção especial ao tema, divulgando conteúdos produzidos pelo Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), cuja proposta era reformar a cultura sexual da população brasileira. A iniciativa incluiu campanhas publicitárias em diversos meios de comunicação — como rádio, jornais, revistas, panfletos, boletins e palestras — com o intuito de sensibilizar a população e introduzir novas práticas pedagógicas relacionadas à Educação para Sexualidade.

A campanha do CBES apresentou representações contraditórias sobre os conceitos de corpo, sexo e sexualidade, valendo-se de discursos médico-científicos com orientações prescritivas, fundamentadas nas dimensões materiais e culturais da vida humana. Tais discursos também refletiam a influência de antigas instituições reguladoras da sociedade, agora revestidas de uma nova autoridade sobre os indivíduos. A análise desse contexto revela a complexidade e os debates que envolviam a Educação para Sexualidade em um momento histórico específico, destacando as transformações e os desafios enfrentados na construção de saberes e práticas sobre a sexualidade.

Os estudos analisados destacam que a educação para sexualidade vai além da simples transmissão de informações biológicas sobre o corpo e a reprodução. Ela envolve, sobretudo, a promoção do respeito, da autonomia, da afetividade e dos direitos humanos. A literatura revisada reforça que, quando abordada de forma transversal e interdisciplinar, a educação para sexualidade contribui para a construção de relações mais saudáveis, para o enfrentamento de preconceitos e violências e para o reconhecimento da diversidade. No entanto, apesar do reconhecimento teórico de sua importância, a efetivação de práticas

pedagógicas transformadoras ainda é limitada, seja pela resistência de gestores e famílias, seja pela insegurança docente diante do tema. Observa-se uma lacuna entre o discurso e a prática, apontando para a necessidade de maior investimento em propostas curriculares e políticas educacionais que integrem, de fato, a educação para sexualidade ao cotidiano escolar.

A 'Educação para a Sexualidade' propõe-se a pensar a sexualidade como uma construção histórica e cultural, pautada em relações de saber-poder, relativizando os discursos dados como verdades absolutas – permitindo, assim, questionarmos os discursos ditos como verdades, problematizando práticas e conhecimentos dados como naturais. Dessa forma, ampliamos o espaço de discussão da sexualidade no campo da educação, passando assim a acionar outros elementos como prazeres, desejos, erotismo, a produção das identidades (Varela; Ribeiro, 2025 p. 18).

Este deslocamento conceitual é importante no campo da educação, ao propor a expressão “Educação para a Sexualidade” como uma alternativa crítica à abordagem tradicional da “Educação Sexual”. Tal mudança de nomenclatura não é meramente terminológica, mas epistemológica e política, pois propõe compreender a sexualidade não como algo dado ou exclusivamente biológico, mas como uma construção histórica e cultural, permeada por relações de saber e poder.

Ao destacar que essa abordagem relativiza discursos tidos como verdades absolutas, as autoras evocam os aportes teóricos dos Estudos Culturais, especialmente aqueles influenciados por Michel Foucault, ao tratarem a sexualidade como um campo atravessado por normas, dispositivos e práticas sociais que produzem sentidos e subjetividades. Assim, “problematizar práticas e conhecimentos dados como naturais” significa desnaturalizar categorias como gênero, desejo, corpo e identidade, compreendendo-as como construídas e mutáveis, não universais.

Além disso, ao ampliar o debate para incluir prazeres, desejos, erotismo e produção de identidades, a Educação para a Sexualidade rompe com uma perspectiva higienista e normativa que historicamente marcou as políticas públicas e currículos escolares, centradas na prevenção de riscos (gravidez, ISTs, abuso). Nesse sentido, a proposta convoca uma abordagem emancipatória e interseccional, que reconhece a pluralidade de corpos, experiências e afetos, desafiando os limites da heteronormatividade e da cisnormatividade na escola.

Portanto, reforçamos a importância de tratar a sexualidade de forma crítica e situada, criando espaços de diálogo que valorizem a autonomia, o respeito às diversidades e os direitos humanos, especialmente no campo da educação.

## 2.2 Desafios para abordar gêneros e sexualidades na escola

A **temática 2** reuniu doze artigos, dos quais quatro apresentam interseção com a **temática 3** (Formação de Professores/as) e dois com a **temática 1** (Educação para Sexualidade). Assim, nesta subseção, serão analisados seis artigos, uma vez que os demais

já foram discutidos em outras subseções por apresentarem maior correspondência com outras temáticas.

Todos os trabalhos apresentam abordagem qualitativa. Dez artigos referem-se a pesquisas com dados empíricos, enquanto dois se caracterizam como estudos teóricos. Em relação aos níveis de ensino, observa-se diversidade: um artigo trata da educação infantil, um aborda o ensino fundamental e médio, um foca exclusivamente no ensino médio, um trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA), dois estão situados no contexto do ensino superior, e os demais foram categorizados como abordagens genéricas, sem especificação do nível de ensino.

Tabela 2 – Artigos selecionados para o Eixo temático 2

Nº	Título	Ano
11	Da proteção à instrução: mobilizações prático-discursivas em torno da infância nos debates sobre gênero e sexualidade na educação	2024
12	Em tempo de guerra todo buraco é uma trincheira	2022
13	Exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola	2021
14	Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências	2019
15	‘Sobre a sua buceta, responda...’: escolas e constituição de sujeitos em meio a jogos de poder	2019
16	Gênero, sexualidade e juventude(s)	2018

Fonte: Elaboração própria.

O **artigo 11** (Mattos; Cavalheiro, 2020) apresenta uma discussão sobre as temáticas de gênero e sexualidade na educação voltada à infância. Os autores destacam a importância da brincadeira como elemento central para se pensar a infância em suas diferentes acepções. A descentralização da ideia de condução e controle do processo pedagógico, que atravessa as práticas lúdicas infantis, evidencia a potência emancipadora da agência das crianças e inspira reflexões relevantes para compreendermos gênero e sexualidade fora de perspectivas pedagogizantes.

Os dois artigos que dialogam com o ensino superior trazem discussões relacionadas aos desafios de abordar gênero e sexualidade nesse nível de ensino, mas serão analisados no próximo tópico, uma vez que tratam da formação inicial de professores/as de Biologia e de Educação Física.

O **artigo 12** (Seffner, 2022) teve como objetivo estabelecer relações entre os processos de ordem macropolítica envolvendo questões de gênero, sexualidade e cultura escolar — atualmente travados como verdadeiras batalhas entre escolas, famílias e religiões —, inseridas no contexto da grande guerra contra a democracia. O estudo evidenciou que o trabalho docente é profundamente desafiador ao tratar dessas temáticas, apesar do respaldo legal. Entre os principais obstáculos estão: o movimento Escola Sem Partido, a noção de “ideologia de gênero”, a promoção da educação domiciliar,

a implementação de escolas cívico-militares, legislações que restringem o uso do nome social na educação, tentativas de proibir a linguagem neutra em espaços escolares e produções educativas, além da exclusão de temas relacionados a gênero e sexualidade dos livros didáticos e das provas nacionais, como o ENEM. O autor também denuncia o avanço do movimento “Escola Sem Pedofilia”, uma reformulação do discurso da “ideologia de gênero”, bem como a disseminação de discursos negacionistas — como a negação das opressões de gênero e da escravidão — e de um conteúdo anti-intelectualista que ameaça a liberdade de ensino.

O **artigo 13** (Campos; Urnau, 2021) contou com a participação de 20 agentes escolares de Porto Velho (RO) e teve como objetivo analisar o papel da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Os resultados indicam que a maioria dos profissionais desconhece a problemática da violência sexual e que nenhuma das escolas pesquisadas desenvolve ações sistemáticas de enfrentamento. Os dados também revelam que a Educação para Sexualidade não é trabalhada como tema transversal, sendo a sexualidade frequentemente reduzida a um enfoque de risco e vitimização, sem uma abordagem pautada nos direitos humanos.

O **artigo 14** (Bandeira; Velozo, 2019) realizou uma análise teórica de aspectos que, por meio de processos culturais, históricos, sociais e políticos, delimitam possibilidades e impõem limitações à promoção de discussões sobre relações de gênero e sexualidade nos livros didáticos de Ciências da Natureza. Os autores apontam que essas temáticas permanecem silenciadas nesses materiais, geralmente abordadas de forma restrita e sob um viés exclusivamente biológico, ignorando os aspectos sociais, filosóficos e históricos da sexualidade e das relações de gênero.

O **artigo 15** (Côrtes; Ferrari; Souza, 2019), escrito por uma professora da Bahia em coautoria com seus orientadores de pesquisa, teve como objetivo discutir as relações entre os saberes, sua constituição histórica na construção da sexualidade e das subjetividades. A partir de uma perspectiva foucaultiana, a autora problematiza as relações de gênero no contexto da sala de aula. Ao final, conclui-se que a escola é um espaço fundamental para o debate e para o processo de desconstrução dessas normatividades.

O último trabalho desta categoria, o **artigo 16** (Couto; Oswald; Pocahy, 2018), teve como objetivo questionar as normas regulatórias de gênero presentes no cotidiano escolar de dois jovens que se autodenominam gays. Por meio de conversas on-line, foi possível perceber que a escola ainda reproduz estigmas sociais, o que permite refletir sobre quais intervenções têm sido realizadas para combater a LGBTfobia e quais, ao contrário, reforçam normas e ações preconceituosas.

A presença de discursos conservadores, censura institucional e medo de represálias por parte de comunidades escolares são fatores recorrentes nos estudos que tratam dos desafios enfrentados para abordar questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. A literatura mostra que educadores/as frequentemente encontram obstáculos ideológicos, políticos e religiosos, que limitam sua autonomia pedagógica e dificultam o tratamento crítico dessas temáticas.

Além disso, observa-se que a falta de apoio institucional e a ausência de diretrizes claras contribuem para a omissão ou o tratamento superficial desses conteúdos. Apesar disso, algumas experiências exitosas demonstram que é possível desenvolver ações educativas significativas quando há compromisso político-pedagógico e articulação com os direitos humanos e a equidade de gênero.

A resistência, portanto, precisa ser compreendida no contexto de disputas culturais mais amplas, e o enfrentamento desses desafios exige posicionamento ético e político por parte das instituições educacionais. Nesse cenário, ganha destaque a emergência da chamada “ideologia de gênero” como um dispositivo discursivo que atua diretamente no cerceamento das práticas pedagógicas voltadas à promoção da diversidade. Segundo Miskolci (2018), essa expressão não corresponde a um conceito científico, mas a uma construção retórica forjada por grupos conservadores com o intuito de deslegitimar debates sobre gênero e sexualidade nas escolas. Ao mobilizar o medo e o moralismo, esses discursos buscam restaurar normas tradicionais de sexualidade e reforçar a heteronormatividade como padrão legítimo. Com isso, a “ideologia de gênero” torna-se uma ferramenta de controle social e político que opera contra os princípios democráticos e os direitos humanos, afetando diretamente as políticas públicas destinadas à Educação para Sexualidade. A seguir, discutiremos como essas disputas impactam a formulação e implementação de políticas educacionais nesse campo.

### 2.3 Formação de professores/as

Nessa temática, foram reunidos onze artigos que abordam pesquisas sobre a formação de professores/as em relação à temática da sexualidade. Desses, três estabelecem interseção com a **temática 2** e **1** com a **temática 4**. Ainda assim, todos os onze artigos foram analisados nesta subseção, por apresentarem maior correspondência com a discussão sobre formação docente. As investigações reunidas indicam que a formação inicial e continuada de educadores/as ainda apresenta lacunas significativas no que diz respeito ao tratamento das questões de gênero e sexualidade, seja por falta de aprofundamento teórico, seja pela ausência de práticas pedagógicas críticas e contextualizadas.

Tabela 3 – Artigos selecionados para o Eixo temático 3

Nº	Título	Ano
17	Avaliação de uma Intervenção Formativa em Sexualidade e Gênero para Professoras de Educação Infantil	2022
18	Preconceito contra diversidade sexual e de gênero e crenças sobre educação sexual entre estudantes universitários	2022
19	Educação para a sexualidade e formação inicial docente: uma investigação nos currículos de licenciatura em ciências biológicas	2020
20	Escolarização da sexualidade: o silêncio como prática pedagógica da educação física	2018
21	Formação de professores, gênero e sexualidade na produção acadêmica brasileira	2022
22	O dito e o não dito no ensino das infecções sexualmente transmissíveis	2021

23	“Trabalho de formiguinha”: formação continuada de docentes em sexualidade na rede municipal de educação de Manaus	2023
24	Projetos pedagógicos de curso em análise: gênero e sexualidade na formação docente	2023
25	Sexualidade na escola: uma discussão das oficinas 'adolescentes e jovens para a educação entre pares'	2022
26	Currículo e formação em pedagogia: o que dizem estudantes sobre os paradoxos que marcam o trabalho com relações de gênero e sexualidades?	2021
27	Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios” de Soares e Monteiro	2019

Fonte: Elaboração própria.

O **artigo 17** (Blankenheim; Pizzinato; Costa, 2022) investigou a eficácia de uma intervenção formativa sobre sexualidade e gênero com 37 professores/as da Educação Infantil. Os dados revelaram que a discriminação contra a diversidade sexual e de gênero está presente no contexto educacional. Além disso, foi possível perceber que as questões relacionadas à sexualidade e ao gênero permeiam o cotidiano da Educação Infantil e são percebidas como importantes pelos/as docentes em sua prática diária.

O **artigo 18** (Santos; Cerqueira-Santos, 2022) analisou o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e as crenças sobre a Educação para Sexualidade entre estudantes de licenciatura, com uma amostra de 580 universitários/as. A pesquisa evidenciou fragilidades na formação inicial dos/as futuros/as docentes, sendo que a maioria não se sente confiante para lidar com conflitos que envolvam questões sobre sexualidade na escola.

O **artigo 19** (Vitor; Maistro; Zômpero, 2020) investigou a presença da temática da Educação para Sexualidade nos currículos dos cursos de Ciências Biológicas das universidades estaduais do Paraná. A pesquisa constatou que os estudos relacionados ao tema têm sido incluídos na formação dos/as licenciandos/as em Ciências Biológicas dessas instituições, porém de forma heterogênea, com ênfase desproporcional entre conteúdos biológicos e sociais.

Já o **artigo 20** (Nicolino; Paraíso, 2018) analisou teses e dissertações em Educação Física com o objetivo de compreender a escolarização da sexualidade, a partir da análise de quatro trabalhos. Os dados evidenciaram o silenciamento da temática no contexto escolar. Embora os/as docentes relatem ter tido formação durante a graduação, muitos afirmam não se sentirem confortáveis para abordar o tema em suas aulas.

O **artigo 21** (Guarany; Cardoso, 2022) investigou as questões de gênero e sexualidade na formação docente por meio de teses e dissertações defendidas entre 2010 e 2020, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e artigos publicados na plataforma SciELO, entre 1998 e 2018. Os autores identificaram um aumento na produção acadêmica sobre o tema e apontaram que a formação docente, em geral, desenvolve apenas ações pontuais e pouco fundamentadas, o que contribui para a reprodução de padrões de gênero e sexualidade. A pesquisa destaca a importância do currículo na formação docente, ressaltando a necessidade de elementos que rompam com

o padrão cisheteronormativo, de modo a fomentar um diálogo mais crítico e enfrentar a LGBTfobia.

O **artigo 22** (Petry *et al.*, 2021) investigou o dito e o não dito no ensino das Infecções Sexualmente Transmissíveis em um curso de graduação em Enfermagem do Sul do Brasil, com uma amostra de 13 docentes. Os dados revelaram que o ensino da sexualidade, das infecções sexualmente transmissíveis e das populações vulneráveis ainda enfrenta muitas dificuldades, associadas a tabus e estigmas. Observou-se também que os/as docentes do curso de Enfermagem têm dificuldades pessoais para compreender a complexidade da sexualidade humana, por envolver posturas, crenças, valores e julgamentos morais atribuídos aos relacionamentos e comportamentos sexuais. A formação docente relacionada às dimensões sociais, culturais e históricas da sexualidade, bem como sua articulação com as relações de gênero, apresenta-se fragilizada no curso analisado.

O **artigo 23** (Rotondano, 2023), que também se enquadra na temática dois, teve como objetivo analisar o processo de formação continuada em sexualidade oferecido a docentes da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED), desde a sua criação, no ano 2000, até o primeiro semestre de 2018. A pesquisa identificou que, inicialmente, o processo estava articulado aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de “orientação sexual”, porém, na prática, prevalecia uma abordagem puramente biológica, atravessada por discursos homofóbicos que se perpetuaram ao longo das formações. Observou-se que crenças pessoais e valores religiosos, tanto de docentes quanto das famílias, atuavam como obstáculos à inserção efetiva da temática da sexualidade na escola.

O **artigo 24** (Guimarães *et al.*, 2023) analisou dez Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de licenciaturas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com o objetivo de identificar de que maneira a temática de gênero e sexualidade está inserida nessas formações. Os resultados apontam para uma presença tímida do tema na concepção dos cursos e nas ementas das disciplinas. Observou-se que, quando há discussões sobre gênero e sexualidade, estas ocorrem de forma pontual e isolada, não sendo abordadas de maneira transversal ao longo da graduação, e, em muitos casos, restringem-se a uma perspectiva essencialmente biológica.

O **artigo 25** (Rodrigues; Cavalcanti, 2022) analisou a discursividade presente nas oficinas pedagógicas dos fascículos *Sexualidades e Saúde Reprodutiva: Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares*, inseridos no Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). A pesquisa evidenciou que os textos das oficinas são predominantemente informativos, sem abrir espaço para que estudantes expressem suas dúvidas, inquietações ou reflexões sobre sexo, gênero e sexualidade, o que limita a construção de diálogos mais críticos e emancipatórios.

O **artigo 26** (Castro; Ferrari, 2021) investigou as ausências e presenças das abordagens sobre relações de gênero e sexualidade na formação docente e no currículo do curso de Pedagogia de uma universidade pública federal, a partir das percepções de estudantes. Os dados indicam que a temática é trabalhada de maneira insuficiente e desigual, aparecendo de forma mais efetiva por iniciativa de algumas/os docentes ou das

próprias estudantes. Relatos também revelam tanto interesse quanto resistência à temática entre as alunas, evidenciando o silenciamento em algumas disciplinas e a abertura em outras.

Por fim, o **artigo 27** (Soares; Monteiro, 2019), que também se insere na temática dois, analisou o impacto do curso *Gênero e Diversidade na Escola* (GDE) na prática pedagógica de professores/as de Ciências do Ensino Fundamental no estado do Rio de Janeiro. Os/as entrevistados/as concordaram quanto à importância de desenvolver atividades sobre gênero no espaço escolar, mas destacaram o papel da família na socialização dos/as filhos/as e relataram os desafios enfrentados para abordar essas questões em sala de aula. Apesar dos obstáculos, indicaram esforços individuais para superar estereótipos e desigualdades de gênero, diferenciando o que é natural daquilo que é socialmente construído, além de promover momentos de reflexão com os/as estudantes sobre atitudes tradicionalmente consideradas femininas ou masculinas.

A formação inicial e continuada de professores/as aparece como eixo central nas discussões sobre a implementação da Educação para Sexualidade nas escolas. Os estudos indicam que a maioria dos/as docentes não se sente preparada para abordar o tema, seja por carências em sua formação acadêmica, seja pela falta de espaços de reflexão crítica em sua prática profissional. Em muitos cursos de licenciatura, a temática é abordada de forma marginal ou não é contemplada.

A formação continuada também é limitada, e quando ocorre, muitas vezes não dialoga com a realidade sociocultural das escolas. Os estudos ressaltam a urgência de incorporar debates sobre gênero, sexualidade e direitos humanos nos currículos de formação docente, de modo a preparar educadores/as para lidar com a diversidade e com as múltiplas dimensões que envolvem a sexualidade. Além disso, evidenciam-se experiências formativas que apostam em metodologias participativas, narrativas pessoais e análise crítica de contextos, como caminhos promissores para a superação dessa lacuna.

A professora e pesquisadora Jimena Furlani (2021) destaca que a presença da Educação para Sexualidade nos espaços escolares é fundamental para promover o respeito às diferenças e a igualdade de gênero. No entanto, ela aponta que a ausência ou abordagem inadequada desse tema nas escolas frequentemente decorre da falta de formação específica dos/as professores/as, que muitas vezes não se sentem preparados/as para tratar de questões relacionadas à sexualidade com os/as alunos/as. Furlani enfatiza a necessidade de programas de formação continuada que integrem discussões sobre diversidade sexual, relações de gênero e igualdade étnico-racial, capacitando os/as educadores/as a desenvolver práticas pedagógicas inclusivas e reflexivas. Essa formação é essencial para que a escola se torne um ambiente acolhedor e respeitoso, capaz de desconstruir preconceitos e promover uma educação sexual crítica e emancipatória.

Evidentemente os desafios enfrentados por educadores/as formados em contextos marcados por valores conservadores, machistas e discriminatórios ainda são muitos. Esperar que atuem com abertura à diversidade sem uma formação crítica é ignorar a raiz do problema. Para que a escola deixe de reproduzir normas hegemônicas e se torne um

espaço verdadeiramente transformador, é preciso investir em políticas pedagógicas que enfrentem os tabus e preconceitos ainda presentes na educação e promovam uma prática comprometida com os direitos humanos e a valorização das diferenças.

#### 2.4 Políticas públicas referente a educação para sexualidade

Esta temática abrange a análise de políticas públicas voltadas à promoção da educação para a sexualidade no contexto escolar, com ênfase nas estratégias institucionais, nos programas governamentais e nos marcos normativos que orientam essa prática educativa. Para essa seção, foram selecionados onze artigos; no entanto, quatro deles já foram discutidos em outras categorias temáticas por apresentarem interfaces mais fortes com áreas como formação docente e experiências escolares. Assim, optamos por destacar aqui os oito estudos mais diretamente relacionados ao campo das políticas públicas, os quais se sobressaem pela relevância analítica, pelo potencial de contribuição à compreensão das diretrizes educacionais sobre gênero e sexualidade, e pelas reflexões que suscitam sobre os avanços e retrocessos no cenário nacional. Esses trabalhos oferecem subsídios importantes para a problematização das disputas ideológicas em torno da chamada "ideologia de gênero" e para a análise crítica dos efeitos dessas disputas sobre o direito à educação inclusiva e emancipadora.

Tabela 4 – Artigos selecionados para o Eixo temático 4

Nº	Título	Ano
28	A produção do dispositivo sexualidade em tempos de avalanche neoconservadora na educação: discursividades científicas latino-americanas	2023
29	“Não é competência do professor ser sexólogo”: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação	2018
30	Educação em sexualidade na Europa e as sexualidades interseccionais do Brasil	2022
31	Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira.	2022
32	O que fazer com a sexualidade adolescente? Antropologia das formas de governo no Brasil	2023
33	“Gênero” nos Planos Nacionais de Educação (2001 e 2014): discursos e inflexões antifeministas nos processos de tomada de decisão	2021
34	Educação sexual: um direito humano	2021
35	‘Ideologia de gênero’ e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo	2018

Fonte: Elaboração própria.

O **artigo 28** (Voss; Alves, 2023) apresenta uma metapesquisa sobre as perspectivas teórico-epistemológicas presentes em estudos latino-americanos que abordam a temática da sexualidade nas políticas educacionais contemporâneas. Os autores demonstram que a produção científica da região tem atuado como contraponto às políticas educacionais de viés neoconservador, ao promover a desconstrução de discursos moralizantes e restritivos. Essa produção crítica mobiliza novas formas de conceber os corpos, os gêneros e as sexualidades, ao mesmo tempo em que denuncia as interdições políticas e

pedagógicas impostas a sujeitos sexuais dissidentes, contribuindo para o fortalecimento de abordagens educativas baseadas nos direitos humanos e na justiça social.

O **artigo 29** (Brandão e Lopes, 2018) analisa as premissas que sustentam o debate público brasileiro em torno da inserção de conteúdos relacionados a gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação (PNE). Os autores identificam que, apesar da importância da temática, os conteúdos foram suprimidos do texto final do PNE, permanecendo apenas uma abordagem limitada, centrada em uma perspectiva biologizante. A exclusão desses temas reflete o avanço de discursos conservadores que operam pela negação das desigualdades de gênero e da diversidade sexual no campo educacional.

O **artigo 30** (Rodrigues Neto, 2022) investiga a política europeia de educação em sexualidade a partir dos *Standards for Sexuality Education in Europe*, analisando possibilidades de diálogo com o contexto educacional brasileiro, à luz da legislação vigente. Os resultados evidenciam um contraste entre o cenário europeu — que adota uma abordagem científica, integral e orientada pelo interesse das crianças e adolescentes — e o contexto brasileiro, marcado pela desinformação, pelas falácias e pelo avanço de campanhas de deslegitimação da educação sexual. O estudo ressalta a importância da cooperação entre escola e família e do reconhecimento da escola como um espaço fundamental para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável e livre de violências.

O **artigo 31** (Teixeira; Biroli, 2022) analisa a reação legislativa à agenda de igualdade de gênero e diversidade sexual, a partir do exame de proposições apresentadas na Câmara dos Deputados entre 2012 e 2018 que mobilizam o conceito de “ideologia de gênero”. A pesquisa identifica dois principais eixos de ação: o primeiro, voltado à área da educação, revela que a maior parte das proposições se opõe à inclusão de diretrizes curriculares voltadas à superação das discriminações por gênero ou orientação sexual; o segundo eixo, relacionado à identidade sexual, aponta reações contrárias ao reconhecimento normativo e legal das identidades de gênero e da diversidade sexual por parte do Estado. Os autores demonstram que, para os parlamentares contrários à agenda da igualdade, tais avanços seriam indícios da infiltração de uma suposta “ideologia de gênero” no ordenamento jurídico e nas políticas públicas brasileiras, discurso que tem sido amplamente utilizado como ferramenta de mobilização política e moral.

O **artigo 32** (Brandão, 2023) teve como objetivo problematizar as estratégias governamentais implementadas no Brasil nos últimos anos para inibir a gravidez na adolescência, articulando-as a um conservadorismo moral e religioso que marcou o governo do presidente Jair Bolsonaro. O autor evidencia que tais estratégias operam por meio de mecanismos de silenciamento e controle das sexualidades juvenis, especialmente no que tange às expressões de gênero e às experiências afetivo-sexuais dos adolescentes. O estudo revela como esses discursos conservadores, ao se apoiarem em valores religiosos e puritanos, desconsideram as dimensões socioculturais, materiais e simbólicas que permeiam a socialização juvenil no contexto familiar e escolar, contribuindo para a manutenção de desigualdades e violências simbólicas nas políticas públicas voltadas à juventude.

O **artigo 33** (Moreno; Mariano, 2021) analisou os Planos Nacionais de Educação (PNE) de 2001 e 2014, com foco na inserção da temática de gênero. As autoras identificam que os principais avanços na inclusão de uma perspectiva de gênero nas políticas educacionais ocorreram em momentos de maior participação da sociedade civil e dos movimentos sociais na formulação das diretrizes do PNE. Em contrapartida, as maiores resistências e retrocessos ocorreram nas instâncias institucionais do poder político, que operaram a supressão ou a diluição das discussões sobre gênero e diversidade. As autoras concluem que o fortalecimento da democracia participativa é essencial tanto para a conquista quanto para a preservação de políticas públicas que promovam a equidade de gênero na educação.

O **artigo 34** (Aires, 2021) investigou como a educação para sexualidade é tratada nas legislações educacionais de quatro países do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A análise abrangeu leis nacionais e tratados internacionais ratificados por cada país. O estudo identificou que, entre os países analisados, Argentina e Uruguai apresentam os marcos legais mais estruturados e consistentes, com diretrizes que incorporam a sexualidade de maneira transdisciplinar e articulada aos direitos humanos, à saúde e à equidade de gênero. Já o Brasil e o Paraguai demonstraram legislações mais frágeis, pouco efetivas ou impactadas por resistências de natureza moral e religiosa, o que compromete a implementação de uma educação sexual crítica e inclusiva.

Por fim, o **artigo 35** (Freire, 2018) realizou uma análise crítica feminista sobre a manipulação discursiva da chamada “ideologia de gênero” no processo de formulação e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil. A autora aponta que o documento final da BNCC foi aprovado com base em um discurso supostamente neutro e moralmente correto, mas que, na prática, reproduz um modelo heteronormativo e reprodutivo de controle dos corpos e das identidades. Ao excluir explicitamente os termos “gênero” e “orientação sexual”, a BNCC revela o impacto de forças político-ideológicas conservadoras que moldaram o currículo nacional em detrimento de uma formação cidadã, plural e crítica, comprometida com os direitos humanos.

A análise dos artigos evidencia que as políticas públicas voltadas à educação para sexualidade no Brasil têm oscilado de acordo com os contextos políticos e ideológicos predominantes em diferentes governos. Em momentos de maior abertura democrática e compromisso com os direitos humanos, houve avanços na formulação de diretrizes e programas nacionais, como o Brasil Sem Homofobia e o Programa Saúde na Escola.

No entanto, o desmonte de políticas públicas e a ascensão de pautas moralizantes nos últimos anos provocaram retrocessos importantes, com o veto a materiais educativos, a proibição de determinados temas em sala de aula e a criminalização simbólica de professores/as. Os estudos apontam que, apesar da existência de marcos legais que asseguram a abordagem da temática — como as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o PNE —, sua implementação tem sido desigual e, muitas vezes, ineficaz. Isso revela a urgência de retomar políticas públicas baseadas em evidências, que garantam a laicidade do ensino e o direito à informação qualificada.

Um exemplo desse movimento, ainda presente no Brasil e em outros países sob a influência do conservadorismo radical, é a retórica da chamada “ideologia de gênero”, frequentemente mencionada nos artigos analisados. Como aponta Junqueira (2022), trata-se de uma ofensiva reacionária guiada por uma lógica de “guerra cultural”, que mobiliza emoções e distorce informações para reforçar uma visão moralista de mundo. Essa retórica, ao defender a “família tradicional”, alimenta ambientes de intolerância e medo, especialmente nas escolas e nos espaços de debate público, comprometendo políticas educacionais voltadas aos direitos humanos e à diversidade.

## 2.5 Educação para prevenção às IST/AIDS

Esta subseção reúne um conjunto de estudos que abordam, sob diferentes perspectivas, as práticas educativas voltadas à prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), incluindo o HIV/AIDS, no contexto escolar e em outras instâncias formativas. Ao todo, foram identificados dezoito artigos que se relacionam diretamente com essa temática. No entanto, cinco desses estudos já foram analisados em seções anteriores por também dialogarem com outras categorias centrais desta revisão, como formação docente e políticas públicas.

Assim, destacaremos aqui treze artigos que se sobressaem pela profundidade com que tratam a prevenção das IST/AIDS, seja por meio da análise de políticas educacionais, de práticas pedagógicas desenvolvidas em instituições de ensino ou de ações intersetoriais entre saúde e educação. Esses estudos oferecem importantes contribuições para refletir sobre os desafios e as possibilidades da abordagem das IST/AIDS no ambiente escolar, sobretudo diante dos entraves morais, culturais e estruturais que ainda limitam uma educação sexual crítica, emancipatória e promotora de direitos.

Tabela 5 – Artigos selecionados para o Eixo temático 5

Nº	Título	Ano
36	Representação social de jovens do ensino superior sobre infecções sexualmente transmissíveis	2023
37	Prevenção de infecções sexualmente transmissíveis entre jovens e a importância da educação em saúde	2022
38	Educação sexual e vulnerabilidade de usuários de aplicativos, comparações a partir da orientação sexual	2022
39	Representações sociais de adolescentes sobre a transmissão do HIV/AIDS nas relações sexuais: vulnerabilidades e riscos	2022
40	Jovens universitários e o conhecimento acerca das infecções sexualmente transmissíveis	2018
41	Enfrentamento de epidemias de ISTs em população jovem: caracterização da linguagem dos materiais educativos	2024
42	Fatores que influenciam o uso inadequado do preservativo na perspectiva de jovens universitários	2021
43	Prevenção de infecções sexualmente transmissíveis entre jovens e importância da educação em saúde	2022
44	Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes	2021
45	Práticas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis entre estudantes universitários	2020

46	Comportamento sexual de risco e fatores associados em universitários de uma cidade do Sul do Brasil	2020
47	O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola	2020
48	Análise prototípica das representações sociais sobre as infecções sexualmente transmissíveis entre adolescentes	2019

Fonte: Elaboração própria.

O **artigo 36** (Spindola, 2023) analisou as representações sociais sobre as infecções sexualmente transmissíveis (IST) elaboradas por 160 jovens universitários de ambos os sexos. O estudo revelou que esses estudantes constroem uma rede de significados que transita entre o conhecimento científico (reificado) e interpretações próprias sobre comportamentos sexuais seguros. Apesar do acesso a informações, observou-se que a naturalização da prática sexual, aliada a fatores afetivo-atitudeis presentes nas representações sociais sobre as IST, constitui um obstáculo relevante à adoção efetiva de medidas preventivas.

O **artigo 37** (Melo *et al.*, 2022) examinou as práticas sexuais e o uso de estratégias de prevenção de IST entre 173 estudantes dos cursos de Nutrição, Medicina, Enfermagem e Ciências Biológicas. A amostra foi predominantemente composta por jovens do sexo feminino, com idades entre 18 e 23 anos, sexualmente ativos. Os resultados apontaram para um comportamento sexual de risco, marcado pelo uso irregular de preservativos e pela ausência de testagem para o HIV, mesmo entre estudantes da área da saúde, o que evidencia a necessidade de intervenções educativas mais efetivas no ambiente universitário.

O **artigo 38** (Tavares *et al.*, 2022) investigou a relação entre comportamentos de risco, atitudes e fontes de informação sobre sexualidade entre universitários usuários de aplicativos de encontros, considerando diferentes orientações sexuais. O estudo revelou que os comportamentos sexuais de risco — como relações sexuais desprotegidas e atitudes negativas em relação à saúde sexual — foram semelhantes entre os participantes, independentemente de sua orientação sexual. Além disso, constatou-se que a principal fonte de informação sobre sexualidade para esses jovens não está vinculada a profissionais qualificados, o que levanta preocupações quanto à qualidade e à confiabilidade dos conteúdos acessados.

O **artigo 39** (Garcia *et al.*, 2022) analisou as representações sociais de 15 adolescentes da educação básica sobre vulnerabilidades e riscos associados ao HIV/AIDS em relações sexuais. Os dados evidenciaram comportamentos como o não uso de preservativos, o consumo de álcool e/ou drogas antes das relações e o envolvimento com múltiplos parceiros. Outro ponto crítico identificado foi a dificuldade de acesso a serviços de saúde e à Educação para Sexualidade nas escolas. Destaca-se, ainda, a ausência de diálogo familiar, especialmente no caso das meninas, que relataram maior dificuldade em conversar com pais ou responsáveis sobre questões relacionadas à sexualidade e à prevenção.

O **artigo 40** (Fonte *et al.*, 2018) investigou a relação entre aspectos sociais e o conhecimento sobre as formas de transmissão das infecções sexualmente transmissíveis (IST) entre 768 estudantes universitários — 384 do sexo masculino e 384 do sexo feminino. Os dados revelaram a presença de vulnerabilidades em três níveis: individual, evidenciada pelo conhecimento insuficiente acerca das IST; social, refletida nas desigualdades de gênero que impactam negativamente o cuidado com a própria saúde; e programática, observada na limitada efetividade das ações educativas, mesmo entre estudantes do ensino superior.

O **artigo 41** (Lima *et al.*, 2024) analisou a linguagem utilizada em materiais educativos e comunicacionais sobre IST, HIV/Aids e hepatites virais produzidos pelo Ministério da Saúde entre 2010 e 2019. Os resultados apontaram que 100% dos materiais possuíam enfoque preventivo, 24,87% tinham caráter educativo e apenas 7,96% abordavam o desenvolvimento pessoal. A predominância do discurso centrado na prevenção individual revela uma limitação na abordagem das dimensões sociais e estruturais das IST, indicando que estratégias educativas mais integradas são necessárias para a efetividade das políticas públicas em saúde.

O **artigo 42** (Oliveira *et al.*, 2021) realizou um estudo qualitativo com 30 jovens universitários de uma instituição privada no Rio de Janeiro. As autoras identificaram comportamentos de risco associados ao consumo de álcool, uso inadequado ou eventual de preservativos, escassa informação sobre métodos de prevenção e baixa preocupação com as IST. Entre os jovens, a maior preocupação recaía sobre a possibilidade de uma gravidez não planejada, e não sobre a infecção por IST, o que reflete lacunas na formação em saúde sexual.

O **artigo 43** (Melo *et al.*, 2022) analisou as práticas sexuais e a adesão a métodos de prevenção de IST entre estudantes universitários. O estudo destacou uma baixa frequência do uso de preservativos tanto com parceiros fixos quanto casuais, contribuindo para o aumento do risco de infecção. Os resultados reforçam a importância de políticas de saúde voltadas à promoção da educação sexual contínua no ambiente universitário.

O **artigo 44** (Vieira *et al.*, 2021) investigou a prevalência do início da atividade sexual em adolescentes e a prática de sexo seguro. Os dados indicaram um início precoce da vida sexual e mostraram que aproximadamente um terço das relações sexuais ocorriam sem o uso de preservativos, o que expõe os adolescentes a um risco elevado de contrair IST.

O **artigo 45** (Ramos *et al.*, 2020), com o objetivo de analisar as práticas sexuais adotadas por estudantes universitários para a prevenção de IST, realizou um estudo quantitativo, descritivo e transversal. Os achados apontaram para comportamentos sexuais inadequados, com baixa adesão a métodos de proteção, evidenciando o risco constante de infecção entre os jovens.

O **artigo 46** (Graf; Mesenburg; Fassa, 2020) investigou o comportamento sexual de ingressantes no ensino superior a partir de características demográficas, econômicas, psicossociais e comportamentais. Os dados mostraram alta prevalência de

comportamentos sexuais de risco, destacando a necessidade de ampliar investimentos públicos em programas de Educação para Sexualidade e conscientização sobre práticas de prevenção.

O **artigo 47** (Paiva, Antunes e Sanchez, 2020) o estudo discutiu os desafios da prevenção da Aids entre jovens, destacando o crescimento de casos nessa faixa etária e o enfraquecimento das políticas públicas de educação sexual. As autoras evidenciaram que a religiosidade, embora muitas vezes vista como fator protetivo, pode interferir negativamente no uso de preservativos quando aliada a discursos conservadores. O artigo defende a necessidade de abordagens educativas mais inclusivas, que dialoguem com os contextos culturais e afetivos dos jovens, integrando escola, família e serviços de saúde.

O **artigo 48** (Santos *et al.*, 2019) A pesquisa analisou as representações sociais de 576 adolescentes sobre ISTs, revelando desconhecimento e concepções equivocadas sobre formas de prevenção e transmissão. Os autores apontaram a ausência de espaços seguros para o diálogo sobre sexualidade, tanto na família quanto na escola, e a carência de programas permanentes de educação em saúde. O estudo reforça a urgência de políticas públicas que integrem saúde e educação e promovam a formação adequada de educadores.

A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, especialmente o HIV/AIDS, ainda é tratada nos espaços escolares de maneira pontual e, frequentemente, restrita a campanhas ou datas comemorativas. Os estudos analisados revelam que há uma tendência à medicalização da abordagem, com ênfase em aspectos biológicos e pouco diálogo com os contextos culturais, afetivos e relacionais que permeiam a sexualidade dos/das jovens.

Além disso, muitos professores/as relatam dificuldades em lidar com tabus, linguagem técnica e resistência de pais e gestores ao abordar métodos de prevenção, como o uso de preservativos. Apesar dessas limitações, os estudos também evidenciam experiências pedagógicas inovadoras, que articulam a prevenção à promoção de direitos, ao combate ao estigma e à valorização da diversidade sexual. Fica evidente que a prevenção efetiva requer uma abordagem ampla, contínua e contextualizada, que envolva tanto o conhecimento científico quanto a escuta e o diálogo com os sujeitos escolares.

Pensar a prevenção das ISTs a partir de uma abordagem de Educação para Sexualidade implica romper com práticas moralistas, biologicistas e alarmistas – características da chamada “pedagogia do terror” (Seffner, 2000), que utiliza o medo, a culpa e o silenciamento como instrumentos de controle.

Em vez disso, propõe-se uma perspectiva dialógica, crítica e emancipatória, que valorize o corpo, o prazer, o consentimento, a autonomia e o respeito às diversidades. Isso significa reconhecer que falar sobre prevenção não deve se restringir a mencionar métodos contraceptivos ou listar riscos, mas sim promover espaços de escuta ativa, acolhimento e construção coletiva de saberes entre educadores/as e estudantes.

Essa abordagem envolve compreender que os/as jovens são sujeitos de direitos e de desejos, com vivências plurais de sexualidade que precisam ser respeitadas e legitimadas. A prevenção, nesse contexto, deixa de ser apenas técnica ou biomédica e passa a integrar uma lógica ética, relacional e contextualizada, conectada às realidades sociais, raciais, culturais e afetivas dos sujeitos.

Assim, a Educação para Sexualidade torna-se um instrumento de cuidado e de liberdade, onde prevenir não é amedrontar, mas fortalecer escolhas conscientes, informadas e respeitadas.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de revisão integrativa destacou a importância de investigar como as políticas públicas relacionadas à educação, gênero e sexualidades, bem como as práticas de Educação para Sexualidade na educação básica e na formação de professores no Brasil, têm sido abordadas em artigos científicos. Ao seguir uma metodologia rigorosa de revisão integrativa da literatura, foi possível sintetizar conhecimentos relevantes a partir de estudos empíricos e teóricos, o que proporcionou uma compreensão aprofundada sobre o panorama da Educação para Sexualidade no país, especialmente no que diz respeito à prevenção de IST/AIDS.

Os resultados obtidos indicam que, embora existam avanços e iniciativas voltadas para a abordagem da sexualidade nas escolas e na formação de professores, há ainda uma lacuna significativa no que se refere à implementação de políticas públicas eficazes e à promoção de práticas educacionais que vão além da perspectiva meramente biológica. A falta de continuidade entre os documentos normativos, como PCN e a BNCC, assim como as barreiras impostas por questões ideológicas e culturais, também foram fatores identificados como limitadores para uma Educação para Sexualidade mais inclusiva e abrangente.

O processo de seleção de artigos, conduzido com base em critérios bem definidos, permitiu filtrar estudos que se alinham diretamente à questão de pesquisa proposta, reforçando a relevância de uma análise crítica e contextualizada do material. A utilização do fluxograma PRISMA, adaptado para o contexto da revisão integrativa, contribuiu para uma estrutura organizada e clara da seleção de evidências, garantindo que os artigos analisados estivessem de acordo com os critérios estabelecidos.

Vale salientar que, na amostra selecionada para a produção deste estudo, a maioria das pesquisas é proveniente da área da enfermagem, com poucos trabalhos desenvolvidos por pesquisadoras/es da área da educação e do ensino em biologia. Esse fator é relevante para destacar a lacuna interdisciplinar na abordagem da Educação para Sexualidade e da prevenção de IST/AIDS nas escolas. A menor contribuição de estudos da educação e do ensino em biologia sugere que essas áreas ainda não exploram suficientemente a sexualidade de forma crítica e integrada ao currículo escolar. Isso aponta para a necessidade urgente de mais investigações na interface entre saúde, educação e ciências

biológicas, que promovam uma abordagem mais completa, considerando aspectos socioculturais, históricos e filosóficos, e não apenas biológicos. Ampliar a participação de pesquisadores/as da educação e das ciências da natureza poderia enriquecer o debate e contribuir para a formação de professores mais preparados para lidar com a diversidade sexual e de gênero, além de fomentar uma educação que promova o respeito e a equidade nas escolas.

Concluimos que há uma necessidade urgente de fortalecer as políticas públicas de Educação para Sexualidade no Brasil, pois essa área desempenha um papel fundamental na promoção da saúde, na prevenção de ISTs/AIDS e na redução de preconceitos relacionados a gênero e sexualidades. Uma abordagem consolidada e estruturada é essencial para garantir que todos os estudantes tenham acesso a informações adequadas e cientificamente embasadas, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e consciente.

Além disso, a capacitação de professoras/es é um pilar indispensável para a efetividade dessas políticas. Muitas/os educadoras/es ainda se sentem inseguras/os ou despreparadas/os para abordar questões relacionadas a gênero e sexualidade em sala de aula, frequentemente devido à falta de formação específica durante a graduação ou a ausência de materiais pedagógicos adequados. Portanto, é crucial investir em programas de formação continuada que promovam o desenvolvimento de uma abordagem crítica, ética e respeitosa, capaz de lidar com a diversidade de experiências e identidades das/os estudantes.

Por outro lado, embora desafios persistam, algumas iniciativas já demonstram avanços significativos. Pesquisas apontam que projetos educacionais, parcerias com ONGs e programas governamentais, como o Saúde na Escola, têm buscado inserir a Educação para Sexualidade de forma integrada no currículo escolar. Essas iniciativas mostram que, quando há vontade política e empenho das comunidades escolares, é possível superar barreiras culturais e sociais, alcançando resultados positivos, como maior conscientização dos estudantes sobre seus corpos, direitos e deveres.

No entanto, é preciso avançar ainda mais, garantindo a universalização dessas práticas e enfrentando os desafios impostos por contextos conservadores ou pela descontinuidade de políticas públicas. Assim, é essencial unir esforços entre pesquisadoras/es, educadoras/es, gestoras/es públicos e a sociedade civil para fortalecer a Educação para Sexualidade como um direito e uma ferramenta indispensável na formação cidadã.

Abordar a sexualidade como uma construção sociocultural e multidimensional, em vez de uma questão puramente biológica, pode promover a saúde integral das/os alunas/os, incentivando a adesão a medidas preventivas de IST/AIDS e combatendo estigmas e preconceitos. A continuidade dessa discussão no cenário educacional e formativo se mostra essencial para uma Educação para Sexualidade emancipatória e inclusiva, que respeite as diversidades e enfrente as barreiras sociais e ideológicas ainda presentes.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, C. *et al.* O Teatro como estratégia de engajamento de jovens no enfrentamento da Aids. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200402, 2021.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/VhDhbf6h3w9cDG7YDtgsDNL/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2024.

ARAÚJO, W. J. S. *et al.* Male adolescents' early sexual initiation in the context of gender diversity. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 32, p. e20220285, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2022-0285en>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ATALIBA, P.; MOURÃO, L. Avaliação de impacto do Programa Saúde nas Escolas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 1, p. 27–35, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018011566>. Acesso em: 13 mar. 2024.

AVAZOTTI AIRES, D. Educação sexual: um direito humano. **Revista da Faculdade de Direito**, n. 50, p. e20215016, 23 abr. 2021. Disponível em: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2301-06652021000103116](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-06652021000103116). Acesso em: 02 mar. 2024.

BLANKENHEIM, T.; PIZZINATO, A.; COSTA, Â. B. Evaluation of a Formative Intervention on Sexuality and Gender for Early Childhood Education Teachers. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 32, p. e3216, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3216>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRANDÃO, E. R.. What to do with teenage sexuality? The anthropology of forms of government in; Brazil. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 20, p. e20807, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43412023v20d807>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRANDÃO, E. R.; LOPES, R. F. F. “Não é competência do professor ser sexólogo”: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 100–123, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/28265>. Acesso em: 2 mar. 2024.

CAMPOS, D. C.; URNAU, L. C. Exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, p. e221612, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021221612>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CASTRO, R. P. de; FERRARI, A. Currículo e formação em pedagogia: o que dizem estudantes sobre os paradoxos que marcam o trabalho com relações de gênero e sexualidades?. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. e260040, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260040>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CÔRTEZ, R. de C. S.; FERRARI, A.; SOUZA, M. L. de. “Sobre a sua buceta, responda...”: escolas e constituição de sujeitos em meio a jogos de poder. **Pro-Posições**, v. 30, p.

e20180051, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0051>. Acesso em: 13 mar. 2024.

COUTO JUNIOR, D. R. do; OSWALD, M. L. M. B.; POCAHY, F. A. Gênero, sexualidade e juventude(s). **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 124–137, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28046>. Acesso em: 02 mar. 2024.

de MELO, L. D. *et al.* Prevenção de infecções sexualmente transmissíveis entre jovens e importância da educação em saúde. **Enfermagem Global**, v. 21, n. 1, p. 74–115, jan. 2022. Disponível em: [https://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S1695-61412022000100074&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S1695-61412022000100074&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 13 mar. 2024.

DELEON DE MELO, Laércio *et al.* A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis entre jovens e a importância da educação em saúde. **Enferm. glob.**, Murcia, v. 21, n. 65, p. 74-115, 2022. Disponível em: [https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v21n65/pt\\_1695-6141-eg-21-65-74.pdf](https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v21n65/pt_1695-6141-eg-21-65-74.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

FERNANDES, F.; LORENZETTI, L. A educação para sexualidade e seus aspectos científicos e socioculturais: uma abordagem nos anos iniciais. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 26, n. 2, p. 254–270, 2021. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/2443>. Acesso em: 1 mar. 2024.

FETTER, S. A.; QUARESMA DA SILVA, D. R. A ideologia do azul e do rosa: sexualidade e gênero na educação. **Revista Práxis**, v. 1, p. 5–21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2329>. Acesso em: 01 mar. 2024.

FONTE, V. R. F. da *et al.* Young university students and the knowledge about sexually transmitted infections. **Escola Anna Nery**, v. 22, n. 2, p. e20170318, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2017-0318>. Acesso em: 02 mar. 2024.

FREIRE, P. 'Ideologia de gênero' e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. *Ex aequo*, Lisboa, n. 37, p. 33-46, jun. 2018. Disponível em: [http://scielo.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602018000100004&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602018000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 mar. 2024.

FURLANI, J.. *Educação sexual na escola e formação docente: um campo político de disputas*. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 21, n. 3, p. 1165-1184, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/17041>. Acesso em: 09 abr. 2025.

GALVÃO, T. F.; TIGUMAN, G. M. B.; SARKIS-ONOFRE, R. A declaração PRISMA 2020 em português: recomendações atualizadas para o relato de revisões sistemáticas. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, n. 2, p. e2022364, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SS2237-9622202200011>. Acesso em: 01 mar. 2024.

- GARBARINO, M. I. O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância. **Cadernos Pagu**, n. 63, p. e216316, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100630016>. Acesso em: 02 mar. 2024.
- GARCIA, E. C. *et al.* Representações sociais de adolescentes sobre a transmissão do HIV/AIDS nas relações sexuais: vulnerabilidades e riscos. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e20210083, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0083>. Acesso em: 02 mar. 2024.
- GRÄF, D. D.; MESENBURG, M. A.; FASSA, A. G. Risky sexual behavior and associated factors in undergraduate students in a city in Southern Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 41, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054001709>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- GUARANY, A. L. A.; CARDOSO, L. de R. Formação de professores, gênero e sexualidade na produção acadêmica brasileira. **Acta Scientiarum. Education**, v. 44, n. 1, p. e55263, 5 set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v44i1.55263>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- GUIMARÃES, E. B. D. M. *et al.* Projetos pedagógicos de curso em análise: gênero e sexualidade na formação docente. **Educação em Revista**, v. 39, p. e41675, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469841675>. Acesso em: 02 mar. 2024.
- JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da “ideologia de gênero”**: um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres, 2022.
- LEITE, P. L. *et al.* Construção e validação de podcast para educação em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, p. e3706, 2022. DOI: 10.1590/1518-8345.6263.3706. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/204241> . Acesso em: 1 mar. 2024.
- LIMA, P. da C. *et al.* Enfrentamento de epidemias de ISTs em população jovem: caracterização da linguagem dos materiais educativos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 2, e13762022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024292.13762022> . Acesso em: 05 mar. 2024.
- MAGRIN, N. P. *et al.* O impacto de oficinas sobre sexualidade: um relato de experiência com estudantes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, p. e230929, 2022. . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392022230929>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- MATHEUS, V.; MAISTRO, V. I. de A.; ZÔMPERO, A. de F. Educação para a sexualidade e formação inicial docente: uma investigação nos currículos de licenciatura em ciências biológicas. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 25, n. 1, p. 282–305, 2020. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/341093021\\_EDUCACAO\\_PARA\\_A\\_SEXUALIDADE\\_E\\_FORMACAO\\_INICIAL\\_DOCENTE\\_UMA\\_INVESTIGACAO\\_NOS\\_CURRICULOS\\_DE\\_LIENCIATURA\\_EM\\_CIENCIAS\\_BIOLÓGICAS](https://www.researchgate.net/publication/341093021_EDUCACAO_PARA_A_SEXUALIDADE_E_FORMACAO_INICIAL_DOCENTE_UMA_INVESTIGACAO_NOS_CURRICULOS_DE_LIENCIATURA_EM_CIENCIAS_BIOLÓGICAS). Acesso em: 02 mar. 2024.

MARCONDES, R.; SILVA, S. L. R. da. O protocolo Prisma 2020 como uma possibilidade de roteiro para revisão sistemática em ensino de ciências. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 18, n. 39, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1894>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MATTOS, A. R.; CAVALHEIRO, R. da proteção à instrução: mobilizações prático-discursivas em torno da infância nos debates sobre gênero e sexualidade na educação. **Infância e Filosofia**, v. 36, p. 01-20, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/childhood/article/view/48344>. Acesso em: 02 mar. 2024.

MISKOLCI, R.. A invenção da ideologia de gênero: um projeto conservador para a educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 2, p. 8-27, 2018.

MISKOLCI, R.; PEREIRA, P. P. G. Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180353, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/Interface.180353>. Acesso em: 02 mar. 2024.

MONROY-GARZON, A. M.; SILVA, K. L. da. Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210572, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.1590/interface.210572>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MOREIRA, K. H. Educação sexual no rincão nacional. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, n. 1, p. e191, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e191>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MORENO, M.; MARIANO, S. “**Gênero**” nos Planos Nacionais de Educação (2001 e 2014): discursos e inflexões antifeministas nos processos de tomada de decisão. SciELO Preprints, 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2464>. Acesso em: 8 mar. 2024.

NICOLINO, A. S.; PARAÍSO, M. A. Escolarização da sexualidade: o silêncio como prática pedagógica da educação física. **Movimento**, v. 24, n. 1, p. 93-106, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/72058>. Acesso em: 02 mar. 2024.

OLIVEIRA, B. I. de *et al.*. Fatores que influenciam o uso inadequado do preservativo na perspectiva de jovens universitários. **Rev. Enf. Ref., Coimbra**, v. serVI, n. 1, e21043, dez. 2022. Disponível em: [http://scielo.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-02832022000100203&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832022000100203&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 mar. 2024.

ONDIN, C. F.; ANDRADE, A. C.; LEMOS, F. C. S.. **Órgão regulado da FCS**: competências socioemocionais e sexualidades (in)visíveis na base curricular nacional comum. SciELO Preprints, 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4703>. Acesso em: 07 mar. 2024.

PAIVA, V.; ANTUNES, M. C.; SANCHEZ, M. N.. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, e180625. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180625>. Acesso em: 06 mar. 2024.

PETRY, S. *et al.* O dito e o não dito no ensino das infecções sexualmente transmissíveis. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, p. eAPE001855, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021A0001855>. Acesso em: 06 mar. 2024.

PRISMA - Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses [Internet]. Disponível em: <http://www.prisma-statement.org/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

RAMOS, R. C. de A. *et al.* Practices for the prevention of sexually transmitted infections among university students. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 29, p. e20190006, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0006>. Acesso em: 13 mar. 2024.

RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/7097>. Acesso em: 08 abr. 2025.

RODRIGUES NETO, A. Educação em sexualidade na Europa e as sexualidades interseccionais do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 1, p. e74630, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n174630>. Acesso em: 13 mar. 2024.

RODRIGUES, D. de J. da S.; CAVALCANTI, R. de C. C. B. **Sexuality in school**: a discussion of the workshops “adolescents and youths for peer education”. SciELO Preprints, 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5069>. Acesso em: 07 mar. 2024.

ROTONDANO, É. V. “Trabalho de formiguinha”: formação continuada de docentes em sexualidade na rede municipal de educação de Manaus. **Educação em Revista**, v. 39, p. e20723, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469820723>. Acesso em: 07 mar. 2024.

SANTOS, J. J.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Prejudice against sexual and gender diversity and beliefs about sex education among university students. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 39, p. e200017, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200017>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SANTOS, J. V. de O. *et al.* Análise prototípica das representações sociais sobre as infecções sexualmente transmissíveis entre adolescentes. **Psicogente**, Barranquilla, v. 22, n. 41, p. 290-307, jun. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0124-01372019000100290&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-01372019000100290&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 6 mar. 2024.

SEFFNER, F.. Educação sexual e pedagogia do terror: reflexões sobre práticas escolares. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-112.

SEFFNER, F.. Em tempo de guerra todo buraco é uma trincheira. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, p. e86992, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286992>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, v. 35, n. 73, p. 287-305, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.61432> . Acesso em: 03 mar. 2024.

SOLTERO-RIVERA, S. G. *et al.*. Determinantes sociales de salud y necesidad educativa sobre infecciones de transmisión sexual en adolescentes embarazadas. *Sanus, Sonora*, v. 5, n. 14, e170, jun. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2448-60942020000200005&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-60942020000200005&lng=es&nrm=iso) . Acesso em: 05 mar. 2024.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, jan. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SPINDOLA, T. *et al.*. Social representation of young people in higher education about sexually transmitted infections. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 76, n. 6, p. e20220406, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0406>. Acesso em: 03 mar. 2024.

TAVARES, M. K. B. *et al.*. Educação sexual e vulnerabilidade de usuários de aplicativos, comparações a partir da orientação sexual. **Acta Paul Enferm**, v. 35, eAPE01397, out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022A001397>. Acesso em: 20 fev. 2024.

TEIXEIRA, R. P.; BIROLI, F. Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 38, p. e248884, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.38.248884>. Acesso em: 02 mar. 2024.

VIEIRA, K. J. *et al.*. Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 3, p. e20200066, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0066>. Acesso em: 02 mar. 2024.

VARELA, C. M.; RIBEIRO, P. R. C.. Educação para a sexualidade: a constituição de um campo conceitual. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/7097>. Acesso em: 08 abr. 2025.

VOSS, D. M. da S.; ALVES, E. M. C. da S. A produção do dispositivo sexualidade em tempos de avalanche neoconservadora na educação: discursividades científicas latino-americanas. **Práxis Educativa**, v. 18, p. 1–18, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21384>. Acesso em: 01 mar. 2024.